

**ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA ADOÇÃO DA IAS 41 NAS EMPRESAS
AGRONEGÓCIO QUE POSSUEM ACTIVOS BIOLÓGICOS**

Lidiane Andrade Rodrigues

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre

em Gestão de Empresas

Orientador(a)

Prof. Doutora Isabel Lourenço, Prof. Associada, ISCTE Business School, Departamento de
Contabilidade

Co-orientador (a)

Prof. Dr. Ilírio José Rech, Prof. Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia

Setembro 2014

“Quando encontrarem dificuldade para resolver algo, devem pôr em prática a vontade firme, pensar com elevação, procurar primeiramente ter serenidade e não se irritar, mesmo sentindo-se ofendidos ou havendo motivo forte para reagir, porque a calma resolve muita coisa”.

Luiz de Mattos

Dedicatória

Aos meus pais António Rodrigues e Maria de Fátima Andrade, aos meus irmãos Admilson, Adir, Jandir e Valdir, às minhas irmãs Milva e Soraia, à minha filha Ediane e para todos que me apoiaram ou não ao longo dessa caminhada.

Agradecimentos

Gostaria de endereçar o meu agradecimento a todos aqueles que de forma directa ou indirectamente me incentivaram e me apoiaram ao longo do Mestrado.

- A Deus, por me dar vida, saúde e oportunidade de chegar até a esta etapa;
- Aos meus pais, principalmente pelo apoio na obtenção do financiamento para inscrição no Mestrado, caso contrário não seria possível;
- Aos meus irmãos, pelo apoio e incentivo;
- Ao meu co-orientador Ilírio José Rech pelo apoio, trabalho de equipa, motivação para ultrapassar todas as barreiras ao longo do desenvolvimento do trabalho, caso contrário não seria possível e sempre será uma referência para minha vida profissional;
- À minha orientadora Isabel Lourenço pela aceitação de me orientar no projecto;
- Ao professor Adelino Fonseca pela sua disponibilidade para esclarecer algumas dúvidas sobre o trabalho;
- Ao Professor Afonso Zego pelo apoio;
- À minha colega mestrada Lígia Spencer pelo esclarecimento de dúvidas na cadeira de Marketing;
- Às minhas colegas Cláudia Miranda, Cátia Sequeira pelos momentos de estudos e de intercâmbio de conhecimentos;
- A todos os meus colegas de mestrado pela convivência;
- Ao professor Guilherme Lima pela tradução do resumo da Língua Portuguesa para língua Inglesa;
- À Dra. Natalina Neves pelo apoio na correcção ortográfica do trabalho;

Resumo

A adopção das normas IFRS fez com que algumas empresas de agronegócios passassem a elaborar as suas demonstrações financeiras segundo as exigências da IAS 41. A IAS 41 é a primeira norma que trata do sector primário que engloba as empresas de agronegócio. Estabelece critérios de reconhecimento, mensuração, divulgação dos activos biológicos e produtos agrícolas e a forma apresentação dos activos biológicos e produtos agrícolas nas demonstrações financeiras. Tendo em vista que a IAS 41 já possui 10 anos de vigência torna-se relevante verificar o grau de conformidade apresentado pelas empresas do agronegócio. Neste sentido a presente pesquisa tem sua base no seguinte problema de pesquisa: Qual o grau de conformidade apresentado na divulgação dos activos biológicos pelas empresas do agronegócio ao redor do mundo. Assim, o objetivo da presente pesquisa é analisar o grau de conformidade apresentado na divulgação dos activos biológicos pelas empresas do agronegócio. A pesquisa é caracterizada uma pesquisa descritiva e documental e utilizou como base de partida uma população de 219 empresas que possuem activos custodiados no banco BNY Mellon nos sectores de indústrias papel e celulose, produção de Alimentos e retalhistas de alimentos e bebidas. Com base nos critérios necessários para a pesquisa foram seleccionadas 29 empresas que divulgaram informações nas suas demonstrações financeiras do ano 2013 sobre activos biológicos. Para verificar a conformidade foi estabelecido um checklist de conformidade analisando cada item requerido pela IAS 41. Com base nas informações obtidas a percentagem de conformidade das empresas em relação às questões da IAS 41 é de 57,97%. A percentagem de conformidade das empresas que atenderam os itens excluindo o item 39 que trata da divulgação dos activos biológicos em linhas separadas no balanço, DRE, DFC e DMPL foi de 55%. Com base nos resultados encontrados conclui-se que o grau de conformidade encontrado pode ser considerado apenas como satisfatório dado que algumas empresas ainda não cumprem todas as exigências da norma.

Palavras – chaves: Activos biológicos, Conformidade, agronegócio, IFRS

Abstract

The adoption of IFRS standards led some agribusiness companies to draw up their financial statements according to IAS 41 requirements. IAS 41 is the first rule which deals with the primary sector and covers agribusiness companies. It establishes acknowledgment criteria, measurement, spreading of biological assets and farming products and the way of presenting biological assets in financial statements. Taking into account that IAS 41 has been operating for 10 years, it becomes relevant to check the level of compliance improved by agribusiness companies. Therefore, this research is based on the following research question: What is the level of compliance reported in the spreading of biological assets by agribusiness companies around the world? So, the objective of this research was to analyse the level of compliance reported in the spreading of biological assets by agribusiness companies. The research is characterized as a descriptive and documental research and used as starting point a population of 219 companies which owns assets held in custody at BNY Mellon Bank in the areas of paper and cellulose industry, food production and beverage and food retailers. Based in the required criteria for the research, 29 companies were selected, and they released information on their financial reports for biological assets for the year 2013. To verify the compliance a checklist was established in order to analyse each item required by IAS 41. Based on the obtained information, the compliance rate of the companies on matters referred to IAS 41 is 57.97%. The compliance rate of the companies which reported the items, excluding item 39 which deals with the spreading of biological assets in separated lines in the balance, DRE, DFC and DMPL, was 55%. Based on the obtained results, the conclusion is that the compliance level which was found can be only regarded as satisfactory, due to the fact that some companies haven't followed all the standard requirements yet.

Key words: biological assets; compliance; agribusiness, IFRS

Lista de quadros

Quadro 1 – População da amostra.....	21
Quadro 2 - Características gerais da amostra.....	22
Quadro 3 - Questões e as respectivas respostas	26
Quadro 4 - Itens de divulgação da IAS 41 analisados nos relatórios 2013 das empresas.....	26
Quadro 5 - Percentagem de conformidade das empresas.....	28
Quadro 6 - Exigências da IAS 41 e conformidade das empresas.....	30

Lista de Abreviações

D

DF – Demonstrações Financeiras

DFC – Demonstrações Fluxos Caixa

DMPL – Demonstrações Mudanças Património Líquido

H

HKFRS - Hong Kong Financial Reporting Standards

I

IAS – International Accounting Standards

IASB - International Accounting Standards Board

IASC - International Accounting Standards Committee

IFRIC – International Financial Reporting Interpretations Committee

IFRS - International Financial Reporting Standards

G

GAAP - Generally Accepted Accounting Practice

N

NRF – Norma Relato Financeiro

S

SAICA - South African Institute of Chartered Accountants

U

UK GAAP – Generally Accepted Accounting Practice in the UK

ÍNDICE

Resumo.....	V
Abstract	VI
Lista de quadros	VII
Lista de Abreviações	VIII
1- Introdução.....	1
2- Revisão literatura	5
2.1-Impacto da adopção das IFRS e da IAS 41.....	5
2.2 - Principais aspectos e definições utilizadas pela IAS 41	9
2.3- Exigência da IAS 41 para a contabilização dos activos biológicos e produtos agrícolas	10
2.3.1 - Reconhecimento dos activos biológicos ,segundo a IAS 41.....	11
2.3.2-Mensuração dos activos biológicos	12
2.3.3-Divulgação de informações relacionadas aos activos biológicos segundo a IAS 41	14
2.3.4-Pesquisas relacionadas com a divulgação dos activos biológicos	16
2.3.5 -Apresentação dos activos biológicos nas demonstrações financeiras.....	17
2.4-Estudos sobre a conformidade	18
3 – Metodologia	20
3.1- População e amostra	20
3.2-Características descritivas observadas na População e amostra	21
3.3 - Análise do grau de conformidade	25
4- Análise dos resultados.....	28
4.1- Análise geral da conformidade das empresas às questões da IAS 41	28
4.2- Análise individual da conformidade dos itens das IAS 41	30
5 - Conclusão.....	35

1- Introdução

A globalização das empresas e a necessidade de informações padronizadas fez com que surgissem as normas internacionais de contabilidade, actualmente conhecidas como International Financial Reporting Standards (IFRS). As IFRS são um conjunto de pronunciamentos de contabilidade conhecidos e aceites internacionalmente, publicados pelo IASB (Internacional Accounting Standards Board). Actualmente são aceites em mais de 130 países ao redor do mundo e de aplicação obrigatória pelas empresas nos países da União Europeia para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Entre as mais de 40 IAS publicadas desde a criação do International Accounting Standards Committee (IASC), antecessor do IASB, é de interesse nesta pesquisa a IAS 41 – Agricultura. A primeira versão desta norma foi editada em Dezembro do ano 2000 pelo IASC e adoptada pelo IASB em 2001, aquando da reestruturação daquele órgão. A IAS 41 determina os critérios de reconhecimento, mensuração, divulgação e apresentação de activos biológicos, durante todo o seu ciclo de produção, que varia entre o período de crescimento, degeneração, produção e procriação.

Esta norma teve o seu primeiro rascunho de discussão – Exposure Draft 65, divulgado pelo IASC em 1994. Em Abril de 2001 ela foi aprovada, com data para vigência a partir de 01 de Janeiro de 2003. Em Dezembro de 2003, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 41 para adoptar os novos normativos editados após a adopção inicial da IAS 41.

Em Dezembro de 2003, outras IFRS fizeram algumas alterações na norma. Incluem a IAS 1- Apresentação de informações financeiras (revisão em Dezembro de 2003 e em Setembro de 2007), IAS 2 - Inventários (revisão em Dezembro de 2003), melhorias para as IFRS (emitidas em Maio de 2008) e o IFRS 13 - Mensuração a justo valor (publicado em Maio de 2011). A IFRS 13 emitido em Maio de 2011 alterou os parágrafos 8,15,16,25 e 30 e os parágrafos 9,17-21,23,47,e 48 foram suprimidas e as entidades devem divulgar as alterações quando aplicam a IFRS 13. Os parágrafos 5,6,17,20 e 21 foram alterados e o parágrafo 14 foi suprimido por melhorias da IFRS emitidas em Maio de 2008 e as alterações devem ser divulgadas. Foi incluído IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em Novembro de 2009 e Outubro 2010).

De todas as revisões e alterações feitas à norma, a mais profunda foi a alteração e a correcção à IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis, aprovada em 30 de Junho de 2014. Esta alteração retira

do alcance da IAS 41 – Agricultura o tratamento contabilístico dos “Bearers Plants” e inclui na normativa da IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis . Esta alteração leva os activos biológicos portadores de produtos, que são utilizados unicamente para cultivar produtos, para o âmbito da IAS 16, para que eles sejam contabilizados da mesma forma como activos fixos tangíveis.

Rech e Cunha (2011) discutem que a IAS 41 é a primeira norma editada pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) que trata a contabilização de um sector específico da economia, no caso do tratamento contabilístico dos activos biológicos e produtos agrícolas. Antes da adopção da IAS 41, as empresas que detinham activos biológicos e produtos agrícolas não divulgavam de forma detalhada as informações que permitiam aos utentes compreender adequadamente a situação dos seus activos biológicos e comparar as práticas contabilísticas adoptadas pelas empresas do mesmo sector existentes em diversos países.

Argilés e SLOF (2001) acreditam que a IAS 41 introduz importantes melhorias; por exemplo, definição, avaliação e apresentação de activos biológicos e produtos agrícolas com as classificações de apoio (activos biológicos maduros e imaturos, activos biológicos consumíveis e produção)

Segundo o estudo efectuado por Elad e Herbohn (2011) há países, como Austrália e Reino Unido, que tendem a divulgar informações mais detalhadas sobre activos biológicos do que outros países, como a França. Os autores identificaram diferenças sistemáticas nas práticas de divulgação nas empresas agrícolas (Austrália, Reino Unido e França) que adoptam a IAS 41 - Agricultura.

O estudo mostrou que a conformidade com as recomendações da IAS era pobre, em relação aos requisitos de divulgação obrigatória da adopção do custo histórico, onde o justo valor não pode ser determinado de forma confiável. A falta de conformidade ou a conformidade pode ser medida por meio da análise comparativa entre as informações exigidas pela norma e as divulgadas pelas empresas.

Estudos realizados por Lima et al. (2010) analisaram a conformidade das empresas brasileiras de transporte aéreo no período pós convergência e verificaram o aumento no nível de divulgação das informações contabilísticas das empresas daquele País. No mesmo sentido, Tavares et al. (2010) analisaram 27 empresas brasileiras de sete sectores económicos para verificarem o nível de conformidade com a norma de IAS 36 – Imparidade de Activos. Os autores concluíram que nenhum dos sectores atendeu por completo à norma e que as empresas

atenderam, no primeiro ano de adopção, os requisitos mais genéricos estabelecidos pela IAS 36.

Theiss et al. (2012) concluíram que em uma amostra de 21 empresas brasileiras do sector de agronegócio atenderam parcialmente as exigências da IAS 41, no ano 2010.

Todas as pesquisas acima citadas estavam restritas à aplicação das normas dentro dos limites de um país. Tratando-se de uma norma que aplica o conceito de justo valor, relativamente novo no ambiente contabilístico, torna-se relevante a verificação do nível de conformidade nas empresas que exploram activos biológicos ao redor do mundo.

Neste sentido esta pesquisa é motivada pelas seguintes questões: “As empresas do agronegócio que possuem activos biológicos estão adoptando os conceitos da IAS 41 para mensurar e reconhecer os activos biológicos? As empresas do agronegócio estão em conformidade com as exigências de divulgação da IAS 41, no que diz respeito aos activos biológicos? As empresas cumprem as exigências descritas pela norma IAS 41?”

Neste sentido este estudo tem como questão de pesquisa norteadora a seguinte formulação: Qual o grau de conformidade apresentado na divulgação dos activos biológicos pelas empresas do agronegócio ao redor do mundo?

Para responder essas questões de pesquisas estabelece -se que o objectivo desta pesquisa é analisar o grau de conformidade apresentado na divulgação dos activos biológicos pelas empresas do agronegócio. Para alcançar este objectivo foram seleccionadas as empresas de papel e celulose, produção de Alimentos, retalhistas e produção de alimentos que possuem ativos custodiados no banco BNY Mellon. A pesquisa sobre o tema análise de conformidade da adopção da IAS 41 nas empresas agronegócio que possuem activos biológicos justifica-se por se tratar de um assunto actual e que permite aos profissionais da contabilidade e outros utentes observar que nem todas as empresas que actuam no sector de agronegócios e que adoptam as normas IFRS não cumprem as exigências, não divulgam informações suficientes que permitem compreender a situação dos seus activos biológicos.

Com base numa população de 219 empresas foi analisada uma amostra de 29 empresas que divulgaram informações nas notas explicativas das demonstrações financeiras publicadas em 2013.

A pesquisa encontra-se dividida da seguinte forma:

1 – Introdução: apresenta a contextualização do tema, problema da pesquisa, objectivos e hipóteses para responder esses objectivos;

- 2 – Revisão de literatura: apresenta estudos efectuados sobre impactos da adopção das normas IFRS, conformidade da IAS 41. Também foram desenvolvidos os tópicos de característica e definições apresentadas pela norma e exigências de contabilização (reconhecimento, mensuração, divulgação e apresentação) dos activos biológicos e produtos agrícolas;
- 3 – Metodologia: Caracteriza a amostra, apresenta características descritivas observadas na amostra e análise do grau de conformidade;
- 4 – Análise dos resultados: apresenta análise geral da conformidade das empresas às questões da IAS 41 e análise individual da conformidade dos itens da IAS 41;
- 5 – Conclusão: apresenta a conclusão obtida através da análise dos resultados;
- 6 – Bibliografia: apresenta as fontes online e artigos científicos utilizados para o desenvolvimento dessa pesquisa;
- 7 – Anexo: apresenta o questionário utilizado para recolher os dados para desenvolvimento da pesquisa;

2- Revisão literatura

A revisão de literatura da presente pesquisa parte de estudos efectuados sobre a conformidade, estudos desenvolvidos sobre os activos biológicos e produtos agrícolas de acordo com IAS 41 aspectos, definições e exigências na contabilização (reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação) e, impactos trazidos pela norma e a adopção da IFRS.

2.1-Impacto da adopção das IFRS e da IAS 41

A adopção das IFRS proporcionou o desenvolvimento de diversos estudos, que, levaram alguns autores a investigarem e compreenderem os impactos provocados por essa adopção nos diversos países onde a convergência foi feita. Neste sentido esta secção tem o objectivo de analisar os resultados das pesquisas que estudaram a implementação e o impacto da adopção das IFRS nos diversos países e culturas.

Jermakowicz (2004) realizou estudo na Bélgica analisando se os impactos sobre as companhias provocados pela conversão das IFRS relacionavam-se com a organização interna, com a contabilidade e quais seriam as mudanças nas estratégias financeiras. O autor concluiu que a adopção das IFRS trouxe importantes mudanças nas actividades internas e externas e que houve impactos significativos sobre o património líquido e sobre o lucro líquido das companhias.

Na Alemanha, Bartov (2005) comparou o lucro das empresas nas normas locais (German GAAP), nas normas americanas (US GAAP) e nas normas internacionais (IFRS). O estudo concluiu que o lucro calculado com base nas US GAAP e sobre as IFRS apresentou resultados maiores do que o lucro calculado com base nas normas locais (German GAAP).

Na Inglaterra, Horton e Serafeim (2006) analisaram a relevância na reconciliação e os ajustes entre as normas locais (UK GAAP) e as normas internacionais (IFRS). Os resultados apontaram que os ajustes para reconciliação foram relevantes em relação ao lucro líquido, mas não em relação ao património líquido em geral.

Christensen, Lee e Walker (2007) estudaram o impacto da adopção das IFRS pelas empresas cotadas nas bolsas europeias em 2005. Os autores concluíram que as IFRS contêm informações novas e que os investidores consideraram relevantes para suportar as suas decisões.

Gregório (2007, p.37) conclui que a adoção das normas IFRS visa mitigar riscos, aumentar a transparência e a confiabilidade dos relatórios financeiros. De acordo com o autor, as empresas aderiram as IFRS para atrair investidores internacionais e contrair empréstimos em bancos estrangeiros.

Hodgdon et al (2009) consideram que a adoção das IFRS por um país pode ser relativamente fácil, porém desenvolver mecanismos institucionais para garantir a implementação bem-sucedida e fomentar a conformidade é uma tarefa muito mais complexa e demorada.

Hung e Subramanyam (2007) examinaram os efeitos da adoção das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras de empresas alemãs, através das alterações documentadas nas demonstrações financeiras e do exame dos efeitos dessas alterações em raios financeiros chave. Os autores verificaram que os activos totais, valor do património líquido e a variação do lucro contabilístico são significativamente mais elevados no âmbito das IFRS do que com base nas normas alemãs.

Jaruga et al. (2007) aferiram o impacto da adoção das IAS/IFRS no capital próprio e nos resultados líquidos das empresas cotadas na Polónia. Depois de analisarem as demonstrações financeiras das empresas, identificaram as alterações significativas que ocorreram. Os autores concluíram que, apesar de a maioria das empresas apresentarem um aumento no capital próprio e no resultado líquido como consequência da alteração dos normativos, não é possível identificar uma tendência clara nas alterações verificadas nesta rubrica.

Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009) analisaram o impacto das IFRS nos indicadores económico-financeiros de companhias brasileiras de capital aberto em 2008. Os resultados demonstraram que há diferenças entre os indicadores calculados com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o padrão internacional e aqueles resultantes da adoção do padrão nacional.

Martins e Paulo (2010) investigaram o reflexo da adoção das IFRS sobre os indicadores de desempenho das empresas brasileiras de capital aberto cotado na BM&FBovespa. Os autores analisaram uma amostra de 10 empresas para os exercícios de 2007, 2008 e 2009 e sete indicadores de desempenho. Os resultados apresentaram variações positivas nos indicadores de dependência financeira, de endividamento, de retorno sobre o activo e de retorno sobre o Património Líquido e variações negativas nos indicadores de imobilização dos recursos permanentes, de liquidez geral e de liquidez corrente.

Segundo Martins e Paulo (2010) as divergências entre os indicadores calculados a partir dos dois conjuntos de normas (BRGAPP e IFRS) têm diminuído, o que pode ser constatado pela crescente correlação entre esses indicadores ao longo do triênio analisado.

Essa tendência também foi identificada por Moura (2014) que investigou o impacto da adoção inicial e total das IFRS nos principais Indicadores económicos de quatro grupos: liquidez, rentabilidade e lucratividade, endividamento e valor. O autor analisou uma amostra de empresas cotadas na BM&FBovespa que possuíam dados trimestrais contínuos entre 1995 e 2012. O referido autor encontrou mudanças significativas no indicador de endividamento das empresas analisadas, tanto no período inicial de adoção das IFRS, quanto no período final.

Com base nas empresas analisadas constatamos que duas das empresas divulgaram nas suas demonstrações financeiras do ano 2013 o impacto que tiveram na adoção das normas IFRS. A Golden Agri-Resources (Singapura) afirma que o grupo adoptou as IFRSs emitidas que são relevantes para suas operações com data e efectiva para períodos anuais com início em 1 de Janeiro de 2013. Segundo a empresa, a adoção dessas IFRSs não teve nenhum impacto material e financeiro sobre o desempenho financeiro e da posição financeira do Grupo. O impacto destacado pela empresa foi a necessidade de divulgação de informações adicionais, incluindo, em alguns casos, revisões de políticas contabilísticas (Nota explicativa 2 do ano 2013,pag.150).

Outro exemplo destacado pela empresa é a IFRS 13, Mensuração a justo valor – que estabelece uma única fonte de orientação segundo as IFRSs para todas as mensurações do justo valor, tanto financeiro como itens não financeiros. A IFRS 13 não estende o uso da contabilização ao justo valor, mas fornece orientação sobre como ele deve ser aplicado quando o seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS.

Segundo a empresa, as novas alterações emitidas pela IFRS 13, ainda não são eficazes para o grupo (nota explicativa nº2 do ano 2013 pag.151) tendo em vista que a data das demonstrações financeiras é anterior à entrada em vigor da norma. As novas alterações das IFRS que foram emitidas são relevantes para as operações do grupo, mas ainda não são eficazes. Entre elas a empresa destaca:

-Alteração à IFRS 10-Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12-Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27- Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

- Alteração à IAS 32-Instrumentos Financeiros:
- Alteração à IAS 36- Imparidade de Activos
- Alteração à IAS 39- Instrumentos Financeiros;
- IFRS 9, Instrumentos Financeiros

Da mesma forma, a empresa Associated British Foods e o grupo adoptaram as novas IFRS e suas alterações, as International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e não tiveram nenhum impacto relevante nas suas demonstrações financeiras (Novas políticas contabilísticas pag.90). Segundo o grupo, a preparação das demonstrações financeiras com base em IFRS exige que a administração faça julgamentos, estimativas e suposições sobre os valores de activos e passivos, gastos e rendimentos e à divulgação de activos e passivos contingentes.

A empresa destaca que a adopção IFRS teve um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras dado que as estimativas poderão estar sujeitas a um risco significativo de ajuste material no ano seguinte.

Em relação às estimativas a empresa destaca que as premissas subjacentes são revistas de uma forma regular. Revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas a partir do período em que as estimativas são revistas. Como forma de auxiliar o mercado, a empresa destaca que a gestão fez estimativas em uma série de áreas e os resultados reais podem diferir dos calculados.

Em relação aos activos biológicos, a empresa afirma que as principais fontes de incerteza das estimativas para a data do balanço, com um risco significativo de ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos para o próximo exercício, são definidas, como por exemplos activos biológicos são mensurados pelo justo valor menos os custos da venda.

Importante destacar que a empresa apresenta informações referentes à mensuração dos activos biológicos. Segundo a empresa, raízes de cana e cana-de-crescimento são mensurados ao justo valor nas seguintes bases: raízes de cana, atingiu o custo médio, por meio de índices inflacionários apropriados, de cada ano de plantio ajustado para remanescente de vida esperado, actualmente 10 anos na África do Sul, sete anos na Zâmbia e oito anos em outros lugares; cultivo da cana – teor de sacarose estimada, valorizada ao preço estimado de sacarose para a temporada seguinte, menos os custos estimados para a colheita e transporte; quando

colhida, a cana cresce é transferida para estoque a justo valor menos os custos de venda (Políticas contabilísticas Pag.20).

A empresa também divulga informações referentes à classificação dos activos biológicos nas demonstrações financeiras ao critério de mensuração de tais activos.

2.2 - Principais aspectos e definições utilizadas pela IAS 41

A Estrutura Conceptual (EC) do Sistema Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) define um activo como um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que flua benefícios económicos futuros

A IAS 41 define os activos biológicos como sendo um animal ou planta viva e produto agrícola é o produto colhido dos activos biológicos da entidade. Como por exemplo, no caso da pecuária, animais vivos (bezerro, novilha) são considerados activos biológicos e a carcaça após o abate, como produto agrícola. Segundo Oliveira, Ferreira e Porto (2012), activo biológico é o nome atribuído a qualquer animal ou planta que sofre transformações biológicas para gerar o produto agrícola.

No caso das entidades de produtos agrícolas, pode se indicar as entidades produtoras de vinho na qual os activos biológicos seriam os pés de uva e produto agrícola seria as uvas após a colheita. A colheita é a separação de um produto de um activo biológico ou a cessação dos processos de vida de um activo biológico. Um grupo de activos biológicos é definido como uma agregação de animais ou de plantas vivas semelhantes. A transformação biológica compreende os processos de crescimento natural, degeneração, produção e procriação que causam alterações qualitativas e quantitativas num activo biológico.

A Transformação biológica resulta nos seguintes tipos de consequências:

- Mudanças de activos por intermédio de (i) crescimento (um aumento de quantidade ou melhoria na qualidade de um animal ou planta, (ii) degeneração (redução na quantidade ou deterioração na qualidade de um animal ou planta); ou (iii) procriação (criação de animais ou de plantas vivas adicionais);
- Produção de produto agrícola tal como borracha em bruto (latex), folhas de chá, lã e leite. A IAS 41 deve ser aplicada ao produto agrícola, obtido somente no momento da colheita. Depois é aplicada a IAS 2 – Inventários.

Esta norma não se trata do processamento do produto agrícola após colheita; por exemplo, a transformação de uvas em vinho por um vitivinicultor, que tenha cultivado a vinha e colhido as uvas. Não se aplica a terrenos relacionados com a actividade agrícola (IAS- 16 Activos Fixos Tangíveis e IAS 40- Propriedades de Investimentos) e também não se aplica a Activos Intangíveis relacionados com a actividade agrícola (IAS 38- Activos Intangíveis).

Mercado Activo é um mercado no qual se verificam todas as seguintes condições: (i) homogeneidade nos itens negociados no mercado; (ii) existe a qualquer momento compradores e vendedores dispostos a comprar e vender; e (iii) disponibilidade de preços para o público.

Se não existir mercado activo, a entidade deve usar um ou mais dos seguintes itens quando disponíveis (i) o preço de transacção de mercado mais recente, desde que não tenha havido mudança significativa nas circunstâncias económicas no intervalo; (ii) preços de activos semelhantes em mercado activam, com ajustes; e (iii) análises comparativas do sector.

Caso não exista mercado activo para um activo biológico em sua condição presente, como árvores frutíferas, mas sim em uma etapa avançada, ou mesmo no produto agrícola no ponto da colheita, deve-se então utilizar o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados do activo descontado a uma taxa corrente de mercado.

2.3- Exigência da IAS 41 para a contabilização dos activos biológicos e produtos agrícolas

A IAS 41, como um novo padrão contabilístico, estabeleceu as bases comuns necessárias para o reconhecimento, mensuração e divulgação de activos biológicos e produtos agrícolas. As mudanças trazidas pela norma implicaram em impactos e desafios na adopção/implantação por parte das empresas que reportam informações financeiras, bem como auditores e analistas. Estudos como os de Herbohn (2005), Fisher, Mortensen e Webber (2010) e Oliveira e Rech (2011) verificaram que as empresas analisadas atendem apenas a exigência de mensurar os activos biológicos a justo valor, porém não apresentam informações, suficientes para a compreensão das informações reduzindo a utilidade destas.

Assim, nota-se que existem dificuldades na aplicação das normas contabilísticas e na divulgação dessas informações aos usuários interessados. Neste sentido, as secções a seguir

apresentam os critérios recomendados pela IAS 41 para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos activos biológicos.

2.3.1 - Reconhecimento dos activos biológicos ,segundo a IAS 41

A Estrutura Conceptual Básica para a Apresentação e Preparação das demonstrações financeiras editada pela IASC em 1989 e adoptada pela IASB em 2001 em seu parágrafo 82, define reconhecimento como “processo de incorporar no balanço e nas demonstrações de resultados um item que satisfaça a definição de um elemento e satisfaça os critérios de reconhecimento estabelecidos.”

De acordo com a IAS 41 uma empresa, deve reconhecer um activo biológico ou produto agrícola quando, e somente quando, a empresa controla o activo, como consequência de acontecimentos passados, seja provável que benefícios económicos associados ao activo fluam para a empresa e o justo valor ou custo do activo possa ser fiavelmente mensurado.

Segundo o parágrafo 11 da IAS 41 “os benéficos económicos futuros são normalmente estimados pela mensuração dos atributos físicos significativos”. Conforme o parágrafo da Estrutura Conceptual Básica (IASB 2001),os benefícios económicos podem fluir para a empresa de diferentes maneiras. Nesse mesmo parágrafo destaca-se que esses activos podem trazer benefícios para a empresa através de:

- Uso do activo isoladamente ou em combinação com outros activos na produção de bens e serviços para serem vendidos pela empresa;
- Trocado por outros activos;
- Usado para liquidar um passivo;
- Distribuído aos proprietários da empresa;

Essa definição dos critérios exigidos para o reconhecimento dos activos biológicos é importante, uma vez que a simples definição de activos biológicos não os caracteriza como activos. Na ausência de um dos requisitos de controlo, benefícios futuros e capacidade de mensuração, os animais e plantas vivas não podem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Assim, muitos animais e plantas vivas, mesmo na posse da empresa, caso não possuam as características definidas pela norma, não podem figurar nas demonstrações financeiras de uma empresa.

2.3.2-Mensuração dos activos biológicos

Contabilidade, o processo de mensuração de activos consiste na atribuição de valores monetários aos elementos que compõem o património. De acordo com a IAS 41, os activos biológicos e os produtos agrícolas devem ser mensurados no reconhecimento inicial e em cada data de balanço, pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda. Tal mensuração é o custo nessa data, aquando da aplicação da IAS 2- Inventários, ou uma outra norma aplicável.

O método de mensuração pelo custo histórico, para activos biológicos usados antes da edição da IAS 41 foi alvo de várias críticas em trabalhos da área. O principal argumento é que este critério não é adequado para explicar a natureza contida na transformação reprodutiva e natural dos activos biológicos e não reflecte a realidade contida na rápida mutação dos valores no mercado desses activos agrícolas (FISHER; MORTENSEN; WEBBER, 2010).

Assim, o grande salto que representa a IAS 41 foi a mensuração dos activos biológicos a justo valor. Neste sentido, a IAS 41 foi a primeira a estabelecer os critérios básicos para a mensuração a justo valor. A definição do justo valor na edição da norma era o valor pelo qual um activo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de factores que pressionam para a liquidação da transacção ou que caracterizam uma transacção compulsória.

Posteriormente, a IFRS 13 alterou a definição de justo valor definindo, que este é um valor de saída. A IFRS 13 definiu justo valor como o “preço que seria recebido pela venda de um activo ou que seria pago pela transferência de um passivo numa transacção não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”.

Com base no parágrafo 15 da norma IAS 41, a mensuração a justo valor de um activo biológico ou de um produto agrícola pode ser facilitada pelo agrupamento de activos biológicos ou produto agrícola de acordo, com os atributos significativos; por exemplo, a

idade ou a qualidade. A entidade selecciona os atributos correspondentes aos atributos utilizados no mercado, como base para o preço.

Os activos biológicos são muitas vezes fisicamente ligados à terra (por exemplo, árvores em uma plantação florestal). Pode não haver mercado separado para activos biológicos que são ligados à terra, mas um mercado activo pode existir para os activos combinados.

Uma entidade pode usar informação relativa a activos combinados para medir o justo valor dos activos biológicos.

Os ganhos ou perdas que surjam no reconhecimento inicial de um activo biológico pelo justo valor, deduzido dos custos para venda e de uma mudança no justo valor menos os custos de venda de um activo biológico deve ser incluído no resultado do período em que provêm. A perda pode surgir no reconhecimento inicial de um activo biológico, porque os custos de venda são deduzidos na determinação do justo valor menos os custos de venda de um activo biológico. O ganho pode surgir no reconhecimento inicial de um activo biológico, tal como quando um bezerro é nasce.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor deduzido dos custos de venda devem ser incluídos no resultado do período em que provêm. Um ganho ou perda pode surgir no reconhecimento inicial do produto agrícola como resultado de colheita.

Existem casos onde há incapacidade de mensurar fiavelmente o justo valor, ou seja quando o reconhecimento inicial de um activo biológico pelo qual os preços cotados no mercado não estão disponíveis e para as quais as medidas alternativas de justo valor são determinados a serem claras e pouco fiáveis. Nesses casos, os activos biológicos devem ser mensurados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada. Ao determinar o custo, depreciação acumulada e perdas por imparidade acumulada, uma entidade deve considerar a IAS 2-Inventarios, IAS 16-Activos Fixos Tangíveis e IAS 36 - Imparidade de Activos.

Quando o justo valor desses activos biológicos se torna fiavelmente mensurável, uma entidade deve mensurá-lo pelo seu justo valor menos os gastos estimados do ponto de venda. Quando um activo biológico não corrente satisfaz os critérios de classificação como detidos para venda (ou for incluído num grupo para alienação que esteja classificado como detido para venda), de acordo com a IFRS 5 – Activos não Correntes Detidos para Venda e Unidades

Operacionais Descontinuadas, presume-se que o justo valor pode ser mensurado com fiabilidade.

Em todos os casos, uma entidade mensura o produto agrícola no ponto de colheita pelo seu justo valor menos os custos de venda. Esta norma reflecte o ponto de vista de que o justo valor do produto agrícola no ponto de colheita pode ser sempre mensurado de forma confiável.

2.3.3-Divulgação de informações relacionadas aos activos biológicos segundo a IAS 41

A IAS 41 dedicou os itens 40 a 53 para detalhar as divulgações gerais sobre como deve ser apresentada uma divulgação adequada para os activos biológicos e produtos agrícolas.

Fazendo um resumo, devem ser divulgados os seguintes aspectos: o justo valor menos o custo de venda, realizando o justo valor directamente no resultado do exercício; a metodologia utilizada para mensurar justo valor; o resultado entre os saldos iniciais e finais para esse item do activo; a descrição de cada grupo de activos biológicos de forma dissertativa ou quantitativa, distinguindo entre consumíveis e de produção ou maduros e imaturos.

Ainda conforme o mesmo, a entidade deve divulgar (item 49) a existência e a quantia escriturada dos activos biológicos, cuja posse seja restrita, e a quantia escriturada de activos biológicos penhorados como garantia de passivos, compromissos relativos ao desenvolvimento ou à aquisição de activos biológicos e os riscos financeiros relacionados com a actividade agrícola.

As entidades, conforme o item 50, devem apresentar uma reconciliação das alterações no transporte da quantidade dos activos biológicos entre o início e o fim do período corrente.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um activo biológico pelo justo valor menos os gastos estimados no ponto de venda e de uma alteração no justo valor menos os gastos estimados no ponto de venda de um activo biológico deve ser incluído no resultado líquido do exercício do período em que surge. Nesse contexto, uma entidade deve divulgar o ganho ou a perda do período corrente em relação ao valor inicial do activo biológico e do produto agrícola e, também, os decorrentes da mudança no justo valor, menos a despesa de venda dos activos biológicos.

A norma dedicou os parágrafos 54 a 56 para as divulgações adicionais para activos biológicos, onde justo valor não pode ser mensurado de forma confiável.

Quando o justo valor não pode ser mensurado fiavelmente, caso uma entidade mensura os activos biológicos pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas o IAS 41 exige uma divulgação adicional que deve conter:

- Uma descrição dos activos biológicos;
- Uma explicação da razão que não podem ser fiavelmente mensurado;
- Se possível, o intervalo de estimativas dentro das quais seja altamente provável que caia o justo valor;
- Método de depreciação usado;
- Vidas úteis e as taxas de depreciação usadas;
- A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no final do período;

Se o justo valor dos activos biológicos previamente mensurados pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas se tornar fiavelmente mensurável durante o período corrente, uma entidade deve divulgar em relação a esses activos biológicos:

- Uma descrição dos activos biológicos;
- Uma explanação do razão pela qual o justo valor se tornou fiavelmente mensurável; e
- O efeito da alteração;

Se, durante o período corrente, uma entidade mensura os activos biológicos ao seu custo menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda de valor acumulado a entidade deve divulgar qualquer ganho ou perda reconhecido na alienação de tais activos biológicos e a reconciliação exigido pelo parágrafo 50 deve divulgar valores relativos a tais activos biológicos separadamente. Além disso, a reconciliação deve incluir os seguintes valores incluídos no lucro ou perda relacionado com os activos biológicos:

- Perdas de imparidade;
- Reversões de perdas por imparidade; e
- A depreciação.

Se o justo valor dos activos biológicos previamente mensurados pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas tornar-se mensurável de forma confiável durante o período corrente, uma entidade deve divulgar para os activos biológicos:

- Uma descrição dos activos biológicos;
- Uma explicação do razão pela qual o justo valor se tornou fiavelmente mensurável; e
- O efeito da mudança.

A divulgação de informações sobre activos biológicos e produtos agrícolas exigidos pela IAS 41 permite as entidades avaliar e determinar as divulgações que reconhecem como relevantes e imprescindíveis para a transparência das informações apresentadas aos utentes internos e externos nas duas demonstrações financeiras.

2.3.4-Pesquisas relacionadas com a divulgação dos activos biológicos

O impacto da adopção da IAS 41 vem sendo alvo de alguns estudos, segundo os autores Elad e Herbohn (2011); Silva, Figueira, Pereira e Ribeiro (2012).

Elad e Herbohn desenvolveram uma pesquisa sobre os activos biológicos em três países (Austrália, Reino Unido e França). Concluíram que os gastos de mensuração e elaboração de relatórios sobre activos biológicos pelo justo valor superam os benefícios e que o modelo do justo valor contabilístico estabelecido pela IAS 41 aumenta a volatilidade dos ganhos.

Além disso, há uma falta de comparabilidade das práticas de divulgação, em que empresas francesas inclinam a não divulgar informações completas sobre os activos biológicos. Silva, Figueira, Pereira e Ribeiro (2012) desenvolveram um índice de divulgação sobre as informações relacionadas com o sector agrícola de 45 empresas brasileiras, em relação ao relatório anual de 2010.

Segundo os autores, a divulgação dos tipos de activos biológicos e a reconciliação do valor contabilístico de suas mudanças são os itens mais frequentemente relatados, mas outros itens são negligenciados, tais como riscos de gestão e outras restrições de activos biológicos. Eles concluíram que um nível mais elevado de transparência na divulgação permite atenuar informações assimétricas. Como consequência, as partes interessadas devem melhorar a sua compreensão das actividades dos activos biológicos.

Em relação à adoção do IFRS numa amostra de 24 empresas brasileiras negociadas em 2010 no Brasil, Scherch, Nogueira, Olak e Cruz (2013) concluíram que, em média, houve 57% de conformidade com o CPC 29 - Pronunciamento Técnico CPC 29 - Activo Biológico e Produto Agrícola (equivalente à norma IAS 41 no Brasil). Tendo em conta que o IAS 41 é um novo pronunciamento, o estudo destacou que a mensuração do justo valor pode implicar várias restrições às partes interessadas, incluindo os preparadores e pesquisadores. Uma grande divulgação sobre activos biológicos tenderia a reduzir a incerteza associada aos relatórios dos activos biológicos. As empresas interessadas em melhorar a qualidade de suas informações financeiras devem aumentar a quantidade de informações divulgadas nas suas demonstrações financeiras e notas explicativas.

Da mesma forma, Theiss, Utzug, Varela, e Beuren (2012) investigaram a aplicação do CPC 29 directrizes de 21 empresas brasileiras negociadas em 2010. Usando um índice de divulgação, os resultados indicaram que 95% da amostra cumpre parcialmente com informação geral sobre activos biológicos. O estudo sugere que alguma da informação necessária é considerada confidencial pela administração; portanto, itens de divulgação não foram totalmente revelados.

2.3.5 -Apresentação dos activos biológicos nas demonstrações financeiras

Em relação à apresentação dos activos biológicos, de acordo com o disposto no parágrafo 40 do IAS 41, as empresas devem apresentar em suas demonstrações financeiras pelas quantias escrituradas de forma separada com descrição, ainda que narrativa, de cada grupo de activos biológicos, o montante acumulado e o montante de cada grupo de activos biológicos. No parágrafo 43, o IAS 41 incentiva as empresas a apresentar uma descrição quantificada de cada grupo de activos biológicos, distinguindo entre activos biológicos consumíveis e de produção, ou ainda, entre activos biológicos maduros ou adultos e imaturos ou juvenis.

Esta norma define os activos biológicos consumíveis, como sendo os que estejam para ser colhidos como produtos agrícolas ou vendidos como activos biológicos. Relativamente aos activos biológicos de produção, define-os como os que não sejam activos biológicos consumíveis ou seja, são os restantes activos biológicos no âmbito da actividade agrícola. Os activos biológicos de produção não são produtos agrícolas mas, antes, de regeneração própria, isto é, esses activos são auto-renováveis.

E classifica os activos biológicos maduros ou adultos como sendo os que tenham atingido as especificações de colhéis (relativamente aos activos biológicos consumíveis) ou sejam susceptíveis de sustentar colheitas regulares (relativamente aos activos biológicos de produção). Activos biológicos imaturos ou juvenil esta norma classifica- os como sendo os que não tenham atingido as especificações de colhéis (relativamente aos activos biológicos consumíveis) ou não sejam susceptíveis de sustentar colheitas regulares (relativamente aos activos biológicos de produção).

O Valor contabilístico dos activos biológicos deve ser apresentado separadamente no balanço. A divulgação dos activos biológicos nas demonstrações financeiras consiste na divulgação das informações nas notas de anexo.

2.4-Estudos sobre a conformidade

Como um dos factores motivadores deste estudo é analisar o grau de conformidade apresentado pelas empresas no reconhecimento, mensuração e divulgação dos activos biológicos a justo valor, é importante que se faça uma breve contextualização da pesquisa relacionada com a análise da conformidade após a adopção das IFRS.

Nobes (2006, 2008a, 2008b) argumenta que as diferenças internacionais nos relatórios financeiros persistem, apesar da crescente adopção das IFRS como um conjunto global de normas contabilísticas e que não existem diferenças sistemáticas na maneira em que os países responderam ao IFRS.

Contudo o autor destaca que há falta de comparabilidade das práticas de divulgação. A extensão total de conformidade com as divulgações obrigatórias para entidades que adoptam o custo histórico segundo a IAS 41 (a maioria dos quais são domiciliados na França) é pobre, chegando a apenas 36%.

As Empresas australianas divulgam mais de 60% dos itens necessários enquanto as empresas do Reino Unido fornecem apenas metade das divulgações obrigatórias. Empresas francesas tiveram as piores pontuações de divulgação dos três países. Mais uma vez, este padrão de resultados é consistente com Gray (1988) argumento que os contabilistas franceses são susceptíveis de ter uma afinidade muito mais forte para sigilo de seu Reino e colegas australianos.

O nível de conformidade com os requisitos de divulgação da IAS 41 é superior na Austrália do que no Reino Unido e na França. Isto pode ser explicado pelo facto de as entidades agrícolas australianas terem sido obrigadas a usar AASB 1037, um padrão de contabilidade nacional que contém amplamente requisitos semelhantes aos da IAS 41, durante vários anos antes da publicação do IAS 41 em 2001.

Esta descoberta comprova a hipótese por Nobes (2006, 243 p.) que as diferenças entre pré-IFRS nacional práticas têm um efeito significativo nas demonstrações financeiras em IFRS.

Street e Bryant (2000) analisaram os factores associados ao nível global de divulgação e (2) o nível de conformidade. Estes autores utilizaram a metodologia empregada por Cooke (1989, 1991, 1992).

Com base na sua experiência na revisão IAS demonstrações financeiras, os autores também desenvolveram hipóteses para examinar o impacto de (1) a maneira pela qual a política contabilísticas referido pela IAS demonstrações financeiras, (2) ou não o parecer de auditoria referido IAS, e (3) se o parecer de auditoria a que se refere a padrões internacionais de Auditoria (ISA) ou nós de modo geral de Normas de Auditoria Geralmente Aceitos (GAAS) Seus resultados revelaram que o nível global de divulgação é maior para empresas com listagens dos EUA.

Street e Gray (2001) aplicaram a metodologia utilizada pela Street e Bryant para examinar a conformidade com a IAS divulgações obrigatórias para uma maior amostra de empresas (279 contra 82). Estes autores relatam uma significativa associação positiva entre o nível de conformidade com o IAS. Street e Gray encontraram uma associação negativa significativa com ser domiciliado na França, Alemanha, ou em outros países da Europa Ocidental e do nível de cumprimento IAS. O trabalho de Street e Bryant (2000) e da Street e Gray (2001) fornece evidências de que vários dos factores que foram mostrados para serem associados com um nível global de divulgação também são significativamente associados ao nível de conformidade com a IAS divulgações obrigatórias (ou seja, o status, o tipo de auditor, indústria e país de domicílio de listagem).

3 – Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e documental, com o objectivo de analisar o grau de conformidade apresentado na divulgação dos activos biológicos pelas empresas do agronegócio e também analisar se as empresas agronegócios cumprem as exigências da IAS 41.

A pesquisa documental foi realizada por meio dos dados apresentados pelas empresas nas suas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras do ano 2013, publicadas pelas empresas no ramo de indústrias de papel e celulose, produção de alimentos e retalhistas de alimentos e bebidas.

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em biblioteca.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como, tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatório, etc...

3.1- População e amostra

Para colecta dos dados, foram seleccionadas as empresas da indústria de papel e celulose, produção de alimentos e retalhistas de alimentos e bebidas que possuem activos custodiados no banco BNY Mellon. Os dados sobre as empresas podem ser encontrados no site http://www.adrbnymellon.com/dr_directory.jsp.

Essa base foi seleccionada por ser de uma instituição global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir activos financeiros, presente em 36 países e mais de 100 mercados.

Com base nos dados do banco BNY Mellon foram colectadas informações de 219 empresas de 34 países. De posse dos nomes das empresas, sector de actuação, país de origem e o sítio onde estavam hospedadas as informações contabilísticas das empresas iniciou-se a busca pelas demonstrações financeiras das empresas.

A partir da população, seleccionou-se para amostra composta apenas pelas empresas que publicaram as demonstrações financeiras do ano 2013, divulgam informações sobre os activos biológicos e que adoptam as normas IFRS. As empresas que não publicaram as demonstrações financeiras do ano 2013 foram excluídas da amostra num total de 102

empresas. 47 Empresas foram excluídas porque não adoptam as normas IFRS. As outras 70 empresas, apesar de adoptarem as normas IFRS, foram excluídas porque não divulgaram informações sobre os seus activos biológicos. Existe o caso de três empresas: Associated British Foods (Indonésia), Marine Harvest (Noruega) First Pacific (Hong Kong) que pertencem às indústrias de produção de alimentos e que foram excluídas da amostra porque não adoptam as normas de IFRS, mas divulgam informações sobre os seus activos biológicos.

A amostra para esta pesquisa é composta por 29 empresas. No quadro 1 pode se observar os resultados obtidos e também os países onde se encontram as empresas que adoptam as normas IFRS, as empresas que não adoptam as normas IFRS, as empresas que divulgaram as demonstrações financeiras do ano 2013 e as empresas que adoptam as normas IFRS e que divulgaram informações sobre os activos biológicos.

Quadro 1 – População e amostra

Nome Industria	Países	IFRS		Divulgou DF 2013		IFRS para activos biológicos		Amostra final	Países
	População	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não		
Produção de Alimentos	34	42	30	72	63	20	52	20	15
Papel e celulose	15	15	4	19	13	9	23	9	7
Retalhistas de Alimentos e bebidas	24	13	13	-	26	-	-	-	-
Total	-	70	47	91	102	29	75	29	22

Características da população e amostra

Como se pode observar, nas duas colunas finais do quadro 1, a amostra selecionada para o desenvolvimento do trabalho é composta por empresas de diversos países, que adoptam as IFRS e que se dedicam às indústrias de papel e celulose e produção de alimentos. As empresas do sector retalhistas de alimentos e bebidas apresentadas no site BNY Mellon foram excluídas ou por não adoptarem as IFRS ou por não apresentarem as informações sobre os activos biológicos.

3.2- Características descritivas observadas na População e amostra

Por tratar-se de uma população de abrangência mundial é importante uma análise descritiva dos dados encontrados durante a pesquisa. Nem todas as informações colectadas puderam ser

inseridas na análise de conformidade. No entanto, por tratar-se de características relevantes para a pesquisa contábilística são apresentadas a seguir no quadro 2.

Quadro 2 - Características gerais da amostra

Nome Industria	Pais	Empresas existente no Pais	Empresas Adopta IFRS	Empresas Não Adoptam IFRS	Não divulgou DF 2013	Adoptam IFRS e divulgam Informações sobre activos biológicos
Papel e celulose	Africa Sul	2	2			2
	Austrália	2	1		1	
	Brasil	2	2			2
	Finlândia	3	2	1		1
	Hong Kong	2		2		
	India	4			4	
	Japão	1		1		
	Kazaquistão	2			2	
	México	1				
	Noruega	2	1		1	1
	Portugal	4	4			1
	Reino Unido	3	1		2	1
	Suécia	2	2			1
	Ucrânia	1			1	
Venezuela	2			2		
	Sub-Total (1)	33	15	4	13	9
Produção de Alimentos	Africa Sul	6	6			3
	Alemanha	2	2			1
	Argentina	2	1		1	1
	Austrália	3	1	2		1
	Brasil	5	2		3	1
	China	13	1	4	8	1
	Colômbia	1		1		
	Dinamarca	1	1			
	Espanha	1	1			
	Filipinas	4	1		3	1
	França	2	2			
	Holanda	2			2	
	Hong Kong	4	2	2		1
	India	7		7		
	Indonésia	6		3	3	
	Irlanda	4	4			
	Israel	1			1	
	Itália	5			5	
	Japão	10		8	2	
	Lituânia	1	1			
	Malásia	1	1			1
	México	5			5	
	Noruega	4	2	1	1	1
	Nova Zelândia	2	2			1
	Reino Unido	6	6			2
	Rússia	7			7	
	Singapura	4	3			3
Suécia	1			1		
Suíça	2	1		1		

	Tailândia	3		2	1	
	Taiwan	2			2	
	Turquia	1			1	
	Ucrânia	17	1		16	1
	Zâmbia	1	1			1
	Sub -total (2)	136	42	30	63	20
Retalhistas de Alimentos e bebidas	Africa Sul	2	2			
	Alemanha	1	1			
	Austrália	3	1	1	1	
	Bélgica	1	1			
	Brasil	1	1			
	Chile	1			1	
	China	6		4	2	
	Filipinas	3			3	
	França	1			1	
	Geórgia	2			2	
	Holanda	1	1			
	Hong Kong	4		3	1	
	Índia	2			2	
	Indonésia	1		1		
	Israel	1			1	
	Itália	1			1	
	Japão	1		2	1	
	Portugal	1	1			
	Reino Unido	5	3	1	1	
	Rússia	7			7	
Singapura	1	1				
Suécia	1	1				
Tailândia	1		1			
Turquia	2			2		
	Sub - Total (3)	50	13	13	26	0
	Total 1+2+3	219	70	47	102	29

Distribuição das empresas por país e sector de actuação

Verifica-se que as empresas que se dedicam à indústria de retalhistas e produção alimentos, mesmo que adoptam as normas IFRS não divulgam informações sobre os activos biológicos nas suas demonstrações financeiras. Podemos observar que maior número de empresas pertencentes à amostra que adoptam as normas IFRS e que divulgam informações sobre os activos biológicos encontram-se sediadas na Singapura (3), Africa do Sul (3) e Brasil (3). Do total da amostra metade (14) estão sediadas em 4 países.

Do total da população somente 70 empresas adoptam as normas IFRS, sendo que 29 delas divulgam as informações sobre os activos biológicos.

As empresas sediadas em Nova Zelândia utilizam os princípios contabilísticos geralmente aceites em Nova Zelândia ("NZ GAAP" - New Zealand Generally Accepted Accounting Practice).

As demonstrações financeiras são apresentadas em conformidade com International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo IASB. Apesar de adoptarem o GAAP local

permitem a mensuração dos seus activos biológicos pelo justo valor, como por exemplo a empresa Sanford - os seus activos biológicos são mensurados pelo justo valor menos os custos de venda.

Na China, a maior parte das empresas não adoptam as normas IFRS. No entanto verifica-se que a empresa Le Gaga Holdings, adopta Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis ("IFRS"), emitidas pelo IASB. IFRS incluem as Normas Internacionais de Contabilidade ("NIC") e mensuram os seus activos biológicos pelo justo valor. Da mesma forma, a empresa C.P. Pokphand (Hong Kong) os seus activos biológicos são mensurados pelo justo valor, de acordo com a hierarquia do justo valor estabelecida pela IFRS 13.

No caso da Irlanda tem-se a empresa Kerry Group em que a empresa mãe e as suas subsidiárias utilizam as normas IFRS para consolidação das suas demonstrações financeiras.

Enquanto na Noruega, a empresa Marine Harvest adopta a lei sobre a contabilidade Norueguesa, desde 1988 e os princípios contabilísticos geralmente aceites em Noruega e as suas subsidiárias adoptam as normas IFRS.

Algumas empresas da amostra encontram-se sujeitas a algumas limitações, como as empresas que se encontram sediadas:

- Africa do Sul - as empresas adoptam as Normas Internacionais de Relato Financeiro, Guias de Relato Financeiro SAICA emitidas pelo Comité de Práticas Contabilísticas e pronunciamento, Relatórios Financeiros emitidos pelo Financial Reporting Standards Council, e a Lei das Sociedades, n.º 71, de 2008, e também adoptam Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), o IFRIC (Internacional Financial Reporting Interpretations Committee) da Lei das Sociedades de 2008).

- Colômbia – as empresas adoptam as leis existentes na Colômbia. As subsidiárias adoptam as mesmas práticas e políticas contabilísticas adoptadas pela empresa mãe.

- Filipinas – as empresas adoptam Philippine Financial Reporting Standards (PFRS). PFRS é baseado nas IFRS emitidas pela IASB. PFRS consiste em PFRS, Philippine Accounting Standards (PAS) e Philippine Interpretations emitidas pela Financial Reporting Standards Council (FRSC).

- Hong Kong - as empresas adoptam as leis aplicadas pela Hong Kong Financial Reporting Standards ("HKFRSs"), termo coletivo inclui todas as leis individuais aplicadas pela Hong Kong Financial Reporting Standards, Hong Kong Accounting Standards ("HKASs") e

Interpretações emitidas pelo Institute of Certified Public Accountants (“HKICPA”), princípios de contabilidade geralmente aceites em Hong Kong e as exigências da Portaria Empresas Hong Kong.

- Indonésias - as empresas adoptam Indonesian Financial Accounting Standards - (SAK), que compreendem os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Conselho de Contabilidade Financeira, Normas do Instituto Indonésio de Contabilistas e Regulamento Número VIII.G.7 em Orientações sobre Apresentação das demonstrações financeiras e Divulgações emitidas pelas autoridades dos serviços financeiros.

- Japão - as empresas adoptam Hong Kong Financial Reporting Standards (the “HKFRS”).

- Tailândia - as empresas adoptam Thai Financial Reporting Standards enunciados no âmbito da Lei de Contabilidade... Profissões BE 2547. A sua apresentação foi feita em conformidade com as estipulações da Notificação e do Departamento de Desenvolvimento de Negócios, datado 28 de Setembro de 2011, emitida ao abrigo da Lei de Contabilidade B.E. 2543.

- Turquia - as empresas adoptam o comunicado de série II, n.º: 14,1, Princípios de Relato Financeiro no Mercado de Capitais ("Comunicado"), publicado no Diário Oficial da numerada 28676 em 13 de Junho de 2013. Segundo o artigo 5 do Comunicado, as demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com Turkish Accounting Standards, emitidas pelo Public Oversight Accounting and Auditing Standards Authority ("POAASA"). TAS contém Turkish Accounting Standards, Turkish Financial Reporting Standards ("TFRs") e sua adenda e interpretações ("IFRIC"). As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com o anúncio CMB de 07 Junho de 2013, relativo à apresentação das demonstrações financeiras. Valores comparativos são reclassificados, quando necessário, para estarem de acordo com as mudanças na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente

3.3 - Análise do grau de conformidade

Para seleccionar as empresas, foram estabelecidas algumas questões e verificou-se se as empresas atendiam a todas as questões. Para responder às questões, foi utilizado um questionário onde foi analisado se a empresa apresenta às questões propostas. As questões foram avaliadas com distribuição binária “sim” ou “não”. Aquelas cujas respostas eram “sim”

receberam um ponto e aquelas cujas respostas eram “não” receberam zero pontos. O quadro a seguir apresenta as questões e a pontuação recebida.

Quadro 3 - Questões e as respectivas respostas

Questões	Sim	Não
A empresa deveria apresentar, mas não apresenta a questão avaliada	0	0
A empresa apresenta questões relacionada de forma incompleta, não sendo possível compreender a situação dos activos biológicos.	6	0
A empresa apresenta as questões de forma modesta.	26	0
A empresa apresenta as questões relacionadas de forma que é possível compreender a situação do activo biológico.	22	0
Apresenta as questões relacionadas de forma que é possível compreender a situação do activo biológico com clareza.	22	0
Apresenta as questões relacionado de forma detalhada, com transparência e proporciona ampla compreensão dos mesmos.	22	0

As questões acima mencionadas foram efectuadas com a finalidade de analisar se as demonstrações financeiras das empresas componentes da amostra se tratavam do assunto sobre biológicos e também se poderiam obter as informações necessárias para responder às questões do quadro nº 4. Com base nas respostas foi verificado se as empresas da amostra cumpriram as exigências de divulgação de acordo com a IAS 41.

As questões avaliadas foram os itens 40; 41; 42; 46; 47; 49; 50; 51; 53; 54; 55 e 56 da IAS 41 que contêm os itens recomendado para a divulgação das informações dos activos biológicos.

O quadro a seguir apresenta os respectivos parágrafos em que podem ser encontradas as recomendações.

Quadro 4 - Itens de divulgação da IAS 41 analisados nos relatórios 2013 das empresas

	Questões
1	Divulga os activos biológicos em linhas separadas no balanço, DRE, DFC e DMPL
2	Divulga o ganho ou a perda agregado que surgiu durante o período corrente (item 40)
3	Divulga uma descrição narrativa ou quantitativa de cada grupo de activos biológicos (item 41 e 42)
4	Divulga nas DF a natureza das suas actividades que envolvam cada grupo de activos biológicos; (item 46)
5	Divulga os métodos e os pressupostos significativos aplicados na determinação do

	justo valor de cada um dos grupos do produto agrícola no ponto de colheita e de cada um dos grupos de activos biológicos. (item 47)
6	Divulga a existência de restrição de titularidade dos activos biológicos ou activos biológicos dados em garantia (item 49)
7	Divulga a conciliação das alterações na quantia escriturada de activos biológicos entre o começo e o fim do período corrente (Item 50)
8	Divulga informações sobre mudança do justo valor foram devidos as alterações físicas ou das alterações de preços no mercado. (Item 51)
9	Divulga os riscos e outras alterações nas actividades agrícolas seus efeitos na mudança do justo valor dos activos biológicos (item 53)
Caso o justo valor não possa ser mensurado de forma fiavelmente	
10	Divulga informações adicionais sobre os activos biológicos mensurados com base no custo histórico (descrição dos activos, razão para mensurar com base no custo histórico, as vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas; método de depreciação usadas) (item 54)
11	Divulga informação relativa a perdas por imparidade ou reversão de perdas por imparidade, ganhos e perdas pela alienação quando os activos biológicos são mensurados com base no custo histórico (item 55)
12	Divulga informação o justo valor dos activos biológicos previamente mensurados pelo custo histórico se tornar fiavelmente mensurável durante o período corrente, (item 56)

Fonte: Adaptado a IAS 41

As respostas foram obtidas nas notas explicativas das demonstrações financeiras do ano 2013 das empresas da amostra. As questões acima mencionadas foram respondidas utilizando as respostas sim ou não, aqueles cujas respostas sejam “sim” recebiam um ponto e aquelas cujas respostas sejam “não” recebiam zero ponto. Posteriormente, foi calculado a percentagem de conformidade com base no total de itens que as empresas haviam divulgado e pelo total de itens aplicados. No término foi verificado os itens que as empresas aplicam ou não para verificar se as empresas cumprem todos os itens de divulgação da IAS 41.

4- Análise dos resultados

4.1- Análise geral da conformidade das empresas às questões da IAS 41

De posse dos dados das empresas e tabuladas as respostas das questões recomendadas para a divulgação dos activos biológicos, realizou-se o cálculo do percentual de conformidade de cada empresa e o total de conformidade geral. Para calcular a percentagem de conformidade dos itens aplicados pelas empresas foi efectuada a divisão do total de itens aplicados respondidos “sim” pelo total de itens avaliados. A percentagem de conformidade de itens não aplicados foi obtida pela divisão do total de itens que não foram aplicados pelo total de itens avaliados.

No quadro 5, a seguir é possível observar a percentagem de conformidade das empresas perante as questões apresentadas com base na IAS 41.

Quadro 5 - Percentagem de conformidade das empresas

Nome da empresa	País	Industria	Aplica IAS 41	Não aplica IAS 41	Total	% de conformidade	% não conformidade
Sappi	África Sul	Papel e celulose	8	4	12	66,67%	33,33%
Mondi Limited	África Sul		9	3	12	75,00%	25,00%
Fibria Celulose	Brasil		11	1	12	91,67%	8,33%
Suzano Papel e Celulose	Brasil		5	7	12	41,67%	58,33%
Stora Enso	Finlândia		9	3	12	75,00%	25,00%
Norske Skogindustrier	Noruega		7	5	12	58,33%	41,67%
Altri	Portugal		2	10	12	16,67%	83,33%
Mondi	Reino Unido		9	3	12	75,00%	25,00%
Holmen	Suécia		9	3	12	75,00%	25,00%
Illovo Sugar	África Sul		Produção de alimentos	3	9	12	25,00%
AVI	África Sul	6		6	12	50,00%	50,00%
Astral Foods	África Sul	5		7	12	41,67%	58,33%
Asian Bamboo	Alemanha	10		2	12	83,33%	16,67%
Cresud	Argentina	7		5	12	58,33%	41,67%
Australian Agricultural Co.	Austrália	9		3	12	75,00%	25,00%
BRF S.A.	Brasil	5		7	12	41,67%	58,33%
Le Gaga Holdings	China	8		3	11	72,73%	27,27%

San Miguel Pure Foods	Filipinas	3	9	12	25,00%	75,00%
C.P. Pokphand	Hong Kong	10	2	12	83,33%	16,67%
Kuala Lumpur Kepong	Malásia	9	3	12	75,00%	25,00%
Cermaq	Noruega	4	8	12	33,33%	66,67%
Sanford	Nova Zelândia	4	8	12	33,33%	66,67%
Associated British Foods	Reino Unido	7	5	12	58,33%	41,67%
Cranswick	Reino Unido	1	11	12	8,33%	91,67%
Olam International	Singapura	11	1	12	91,67%	8,33%
Del Monte Pacific	Singapura	9	3	12	75,00%	25,00%
Golden Agri-Resources	Singapura	6	6	12	50,00%	50,00%
KSG Agro	Ucrânia	6	6	12	50,00%	50,00%
Zambeef Products	Zâmbia	9	3	12	75,00%	25,00%
Total		201	146	347	16,81%	12,19%
Média		6,93	5,03	11,97	57,97%	42,03%

Fonte: Elaboração Própria

Pode-se verificar que as empresas Fibria Celulose (Brasil) e Olam International (Singapura) atendem 91,67% das exigências dos itens da IAS 41, de seguida têm as empresas Asian Bamboo (Alemanha) e C.P. Pokphand (Hong Kong) que atendem 83,33% das exigências dos itens da IA S41. A empresa Fibria Celulose tem uma actividade focada no crescimento de florestas renováveis e sustentáveis, bem como a industrialização e comercialização de celulose branqueado de eucalipto. A empresa Olam International é uma empresa de agronegócio, líder de operação da semente à prateleira em 65 países, fornecendo alimentos e matérias-primas industriais para mais de 13.600 clientes em todo o mundo. Sua equipa construiu uma posição de liderança em muitas áreas, incluindo cacau, café, caju, arroz e algodão.

As empresas Cranswick (Reino Unido) e Altri (Portugal) apresentam menor percentagem do cumprimento de exigências de itens da IAS 41, sendo o primeiro 91,67% e o segundo 83,33%. A empresa Altri a sua actividade consiste no cultivo de várias espécies de florestas, especialmente eucalipto, que são utilizados como matéria-prima para a produção de pasta de papel. A empresa Cranswick é um dos principais fornecedores de alimentos no Reino Unido. E fornece ao consumidor uma variada gama de comida de degustação, que inclui carne de porco fresca, salsichas gourmet, carnes cozidas, bacon secas ao ar e sanduíches. Os alimentos são fornecidos sob marcas licenciadas, representantes e marcas próprias.

Segundo uma pesquisa efectuada pelos autores (Sherch,P., Nogueira, D., Olak,P., Cruz, C. 2013), a empresa Fibria Celulose atendeu 90% de todos os itens que se aplicavam às empresas. Com base nos resultados obtidos, podemos concluir que a empresa está cada vez a cumprir mais as exigências da IAS 41 atendeu 91,67% dos itens. A pesquisa efectuada apresentou resultados melhores principalmente no que diz respeito às empresas referentes às indústrias de papel e celulose em relação às outras pesquisas efectuadas sobre o tema.

Cerca de 68,97% de empresas, que corresponde a 20 empresas da amostra, obtiveram percentagem entre 50% a 91,67% da conformidade dos itens da IAS 41, ou seja, essas empresas estão a cumprir metade dos itens da IAS 41. Em contrapartida 31.03% das empresas, que corresponde a 9 empresas da amostra, não estão cumprindo os itens da IAS 41.

Podemos observar que as empresas de papel celulose estão a cumprir mais os itens da IAS 41 que as empresas de produção e alimentos. Tal situação deve-se pelo facto das empresas que dedicam se à actividade florestal aprimorarem mais pela transparência e fiabilidade das informações para seus utentes.

4.2- Análise individual da conformidade dos itens das IAS 41

O quadro acima apresenta uma visão geral da conformidade das empresas no atendimento às recomendações da IAS 41. Porém, pode acontecer que alguns itens de reconhecimento, mensuração e divulgação apresentem um grau maior de conformidade entre as empresas, uma vez que a facilidade de seu atendimento é maior ou as empresas já estão habituadas a atender aquelas questões. Neste sentido a tabela a seguir apresenta o grau de conformidade para cada um dos 11 itens que deveriam ser apresentados nas notas explicativas relativas aos activos biológicos. Destaca-se que neste quadro foi excluído o item relativo à divulgação dos activos biológicos no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado do Exercício e na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Quadro 6 - Exigências da IAS 41 e conformidade das empresas

Item da IAS 41	Total de empresas		% de empresas	
	Atenderam	Não atenderam	Atenderam	Não atenderam
Item 40	22	7	76%	24%
Item 41 e 42	24	5	83%	17%
Item 46	20	9	69%	31%

Item 47	24	5	83%	17%
Item 49	5	24	17%	83%
Item 50	13	16	45%	55%
Item 51	19	10	66%	34%
Item 53	7	22	24%	76%
Item 54	16	13	55%	45%
Item 55	15	14	52%	48%
Item 56	10	18	34%	62%
Média	15,91	13,00	55%	45%

Fonte: Elaboração Própria

Com base nos dados do quadro 6, verifica-se que os itens 41 e 42 (tratam da divulgação de uma descrição narrativa ou quantitativa de cada grupo de activos biológicos) e o item 47 (que trata da divulgação dos métodos e os pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor de cada um dos grupos do produto agrícola no ponto de colheita e de cada um dos grupos de activos biológicos) apresentaram maior grau de conformidade. O item que apresentou menor grau de conformidade foi o item 49, que trata da divulgação da existência de restrição de titularidade dos activos biológicos ou activos biológicos dados em garantia, somente 17% das empresas apresentaram esta informação. As empresas Stora Enso, Associated British Foods C.P. Pokphand AVI, Kuala Lumpur Kepong) foram as que divulgaram esta informação nas notas explicativas. As restantes empresas não divulgaram essa informação nas suas demonstrações financeiras dado que não era relevante para os seus usuários externos e também não fazia parte da metodologia adoptada por elas.

A informação sobre ganhos ou perda agregado que surgiu durante o período corrente (item 40) foi divulgado por 22 empresas nas suas demonstrações financeiras. A divulgação de uma descrição narrativa ou quantitativa de cada grupo de activos biológicos (item 41 e 42) foi atendido por maior parte das empresas (83%). O item 46 que trata da divulgação nas DF a natureza das suas actividades que envolvam cada grupo de activos biológicos foi atendido por 69 % das empresas. Estas empresas consideram esta informação relevante, pois, ajudam os seus utentes a compreenderem a origem dos seus activos biológicos, e as actividades desenvolvidas pela empresa.

As indústrias de papel e celulose tais como Fibria Celulose, Suzano Papel e Celulose, Altri que tem como activos biológicos plantações, divulgam quantidade de hectares como a quantidade física. As indústrias de produção de alimentos que tem como activos biológicos animais, divulgam a quantidade de animais que possuem como a quantidade física.

As exigências do item 47, que trata da divulgação dos métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor de cada um dos grupos do produto agrícola no ponto de colheita e de cada um dos grupos de activos biológicos foi atendido por 83% das empresas.

A divulgação da conciliação das alterações na quantia escriturada de activos biológicos entre o começo e o fim do período corrente (item 50) não foi atendido por muitas empresas. Somente 45 % das empresas atenderam às exigências do item.

A divulgação de informações sobre mudança do justo valor foi devida às alterações físicas ou as alterações de preços no mercado (item 51) somente 66% das empresas atenderam às exigências do item. A empresa Asian Bamboo, devido à estreita ligação entre o justo valor dos activos biológicos e os custos de vendas, como resultado do tratamento contabilístico dos activos biológicos, o Conselho de Administração considera que é apropriado divulgar o lucro bruto, incluindo mudanças no valor justo dos activos biológicos. Os activos biológicos são reavaliados a cada data do balanço e correspondem ao justo valor das árvores de bambu e brotos de bambu localizados nas plantações. As variações do justo valor que não são causadas por um aumento dos movimentos de plantação de tamanho ou de moeda são reconhecidos na conta de ganhos e perdas.

A empresa Stora Enso divulgou nas suas notas explicativas que a mudança devido à aplicação do justo valor apresenta sob a mudança no valor líquido dos activos biológicos, enquanto que para a empresa Golden Agri-Resources o justo valor dos activos biológicos são afectados pelas mudanças no preço médio do óleo de palma bruto e também por causa das palmeiras não terem uma vida média de 25 anos, com os três primeiros anos imaturos e permanecendo anos como maduro.

Poucas empresas divulgaram os riscos e outras alterações nas actividades agrícolas, seus efeitos na mudança do justo valor dos activos biológicos (item 53) sendo que apenas 24 % das empresas atenderam às exigências deste item.

As empresas que dedicam-se à actividade agrícola, como por exemplo C.P. Pokphand divulgam os riscos decorrentes de regulamentações ambientais, mudanças climáticas e surtos de doenças e a empresa Olam International está exposta a riscos financeiros, em relação à actividade agrícola. A actividade agrícola da empresa consiste na gestão de activos biológicos para produzir saída comercializável. O risco financeiro primário associado a esta actividade ocorre devido ao período de tempo entre gastar dinheiro na compra ou plantação e

manutenção dos activos biológicos, colheita e, finalmente, receber dinheiro da venda da produção comercializável.

A empresa Altri está sujeito a riscos florestais tais como incêndios florestais, pragas e doenças que podem ocorrer em florestas espalhadas por todo o país, são os maiores riscos que ameaçam o sector. Estas ameaças, caso venham a ocorrer, dependendo da sua intensidade, afectam a função normal de exploração da floresta e a eficiência da produção.

O item 54 que trata da divulgação de informações adicionais sobre os activos biológicos mensurados com base no custo histórico (descrição dos activos, razão para mensurar com base no custo histórico, as vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas; método de depreciação usadas) foi atendido por 55% das empresas analisadas.

O item 55 que se trata da divulgação de informações relativa a perdas por imparidade ou reversão de perdas por imparidade, ganhos e perdas pela alienação quando os activos biológicos, são mensurados com base no custo histórico foi atendido por 52% das empresas analisadas.

48% das empresas da amostra não utilizam o custo histórico para mensurar os seus activos biológicos.

A divulgação de informações sobre se o justo valor dos activos biológicos previamente mensurados pelo custo histórico se tornar fiavelmente mensurável durante o período corrente foi atendido por 34 %.

Algumas empresas apresentaram informações sobre a hierarquia do Justo valor, tais como a empresa Asian Bambo na hierarquia do justo valor IFRS 13, os justos valores de nível 3 foram atribuídos porque os parâmetros de avaliação não são baseados em dados observáveis de mercado. As árvores de bambu e brotos de bambu que estão crescendo nas plantações são avaliados pelo justo valor menos os custos estimados para vender a partir de 31 de Dezembro de 2013, por meio do método de fluxo de caixa descontado. O valor de mercado é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa esperados da venda de árvores de bambu e brotos de bambu, após a dedução de colheita relacionadas com caixa esperada e custos de venda

A estimativa de receita de vendas depende dos preços de árvores de bambu já colhidas e brotos de bambu de idade e qualidade comparável no mercado da região onde as plantações estão localizadas. Todos os custos directamente atribuíveis à venda de árvores de bambu e brotos de bambu são incluídos em custos de venda, tais como custos de aluguel da terra, custos de recuperação, custos de colheita os custos de comercialização. Os fluxos de caixa

esperados a partir da colheita das árvores de bambu no futuro são descontados por causa do ciclo de colheita de cinco anos.

A média geral foi apenas 55%, tendo em vista que poucas empresas atenderam todos os itens avaliados e obtiveram zero nas questões por não apresentarem nenhuma informação sobre os itens. Verificou – se que das 11 questões 6 dos itens, ficaram acima da média geral dos itens atendidos.

Com base em outras pesquisas efectuadas sobre o assunto esta pesquisa apresenta resultados melhores, dado que os itens 55,56 e 57 não eram adoptados na metodologia das empresas e estas não achavam aquelas informações relevantes para divulgar nas suas demonstrações financeiras.

Os itens 40,41,42,46,47 e 50 são aqueles que as empresas mais adoptam e divulgam nas DF, por considerarem que estas informações lhes proporcionam mais transparência, e fiabilidade nas informações.

5 - Conclusão

A presente pesquisa tem como objectivo analisar o grau de conformidade apresentado na divulgação dos activos biológicos pelas empresas de agronegócio ao redor do mundo. Primeiro efectuou – se um enquadramento teórico para melhor compreender o assunto abordado. Em seguida, foram procuradas as empresas no sector de indústrias de papel e celulose, produção de Alimentos, retalhistas e produção de alimentos que adoptaram as IFRS e divulgaram nas suas demonstrações financeiras do ano 2013 (balanço, demonstrações resultados e anexos) informações sobre os activos biológicos. Com base nas informações procedeu – se a análise geral da conformidade das empresas às questões da IAS 41, análise individual da conformidade dos itens das IAS 41.

A divulgação de informações sobre activos biológicos exigidos pela IAS 41 permite às entidades avaliar e determinar as divulgações que reconhecem como relevantes e imprescindíveis para a transparência das informações apresentadas aos utentes internos e externos das suas demonstrações financeiras.

Observou – se que 57,97% das empresas analisadas estão em conformidade com os itens da IAS 41. Sendo que as empresas Fibria Celulose (Brasil), Olam International (Singapura) apresentaram uma maior percentagem de conformidade (91,67%). Com base em estudos efectuados, verificou - se que a empresas Fibria Celulose (Brasil) também apresenta nível de conformidade elevado em relação ás outras empresas.

Em relação às questões analisadas, verificou-se que, mais de 70% das empresas estão acima da média (55%) de conformidade dos itens atendidos. As baixas percentagens de itens não atendidos estão entre 17 e 24%. A maior percentagem de itens atendidos foi de 83%. Com base nas questões analisadas verificou-se que as empresas apresentaram dificuldade na divulgação da existência de restrição de titularidade dos activos biológicos ou activos biológicos dados em garantia. As empresas consideram mais relevante a divulgação item 41 , 42 e item 47, isto é, esses itens apresentaram a maior percentagem de conformidade.

Podemos concluir que os resultados obtidos nesta pesquisa têm o nível de conformidade satisfatório, dado que ainda algumas empresas não alcançaram todas as exigências dos itens da IAS 41. Caso as empresas não cumprirem as exigências da norma, os utentes não conseguem fazer uma correcta análise, proceder a comparação entre empresas de diversos países que adoptam a IAS 41, com base nos relatórios financeiras. Não facilitam os investidores na tomada de decisões.

Para pesquisas futuras sugere -se que se comparem o nível de conformidade apresentado na divulgação dos activos biológicos em todas as empresas de agronegócio existentes no site BNY Mellon ao redor do mundo e que adoptam as normas IFRS. Outra sugestão: que seja verificado se todas as empresas de agronegócio existentes no site BNY Mellon ao redor do mundo estão cumprindo todas as exigências de divulgação dos itens da IAS 41.

6-Bibliografia

Compliance with International Financial Reporting Standards

Compliance with International Financial Reporting Standards and auditor choice: New evidence on the importance of the statutory audit. The International Journal of Accounting. n.44, p.33–55, 2009.

Herbohn, K. 2011. *Implementing fair value accounting in the agricultural sector.*

The Institute of Chartered Accountants of Scotland. Edinburgh. 2011.

Barbosa, N. J. E., & Dias, W. O., & Pinheiro, L. E. T. 2009. *Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um Estudo em Empresas Brasileiras de Capital Aberto.* Revista Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, Out./Dez.

Bartov, E., & Golberg, S.R., & Kim, M.2005. *Comparative value relevance among German, US and International Accounting Standards: a German stock market perspective.* Journal of Accounting, Auditing and Finance, vol.20, n.2, p. 95-119.

Barth, M.E.2000. *“Valuation-based research implications for financial reporting and opportunities for future research”*, Accounting and Finance, 40, 7–31.

Barth, M. E., & Beaver, W. H., & Hand, J. R.M., & Landsman, W. R. 1998a. *“Relative valuation roles of equity book value and net income as a function of financial health”*, Journal of Accounting and Economics, 25, 1–34.

Calixto, L. 2010. *Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS em Países Europeus*; Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-187, Jan./Mar.

Cooke, T. E.1989. *Disclosure in the corporate annual reports of Swedish companies.* Accounting and Business Research, 19 (74), 113 – 124.

Costa, J.I.I.2008. *O impacto da adoção das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras das empresas cotadas na Euronext Lisboa.* Universidade do Porto: Faculdade de Economia.

Elad, C.2004. *Fair value accounting in the agricultural sector: some implications for international accounting harmonization.* European Accounting Review. vol. 13. nº 4 p 621 –

Fisher, R., & Mortensen, T., & Webber, D. 2010. *Fair Value Accounting in the agricultural sector: an analysis of financial statement preparers' perceptions before and after the introduction of IAS 41 Agriculture*. In: AFAANZ Conference, 6, 2010, Christchurch.

Gastón, S., & García, C., & Jarne, J., & Gadea, J. L. 2010. *IFRS adoption in Spain and the United Kingdom: Effects on accounting numbers and relevance*. *Advances in Accounting*, 26 (2), 304-313.

Glaum, M., & Street, D. L. 2003. *Compliance with the disclosure requirements of Germany's New Market: IAS versus U.S. GAAP*. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 14(1), 64–74.

Gray, S. J. 1988. *Towards a Theory of Cultural Influence on the Development of Accounting Systems Internationally*. *Abacus*, 24: 1– 15.

Gregório, D. 2007. *Muito além dos balanços: Contabilidade internacional abre portas para companhias que buscam financiamentos e clientes fora do país*. *Revista Capital Aberto*, São Paulo, v.5. n.50. p.36-40, Outubro.

Herbohn, K. F. 2005. *International accounting standards: How adequately are forest assets reported in the balance sheet and income statement? In: International Union of Forest Research Organisations (IUFRO) World Congress, 22, 2005, Brisbane. The International Forestry Review: Forests in the Balance: Linking Tradition and Technology*. Brisbane: Commonwealth Forestry Association.

Hodgdon, C., & Tondkar, R., & Adhikari, A., & Harless, D. 2009. *'Compliance with International Financial Reporting Standards and auditor choice: New evidence on the importance of the statutory audit'*, *The International Journal of Accounting*, Vol. 44, No. 1: 33–55.

Hodgdon, C., & Rasoul, H. T., & Harless, D. W., & Dhikari, A. 2008; *Compliance with IFRS disclosure requirements and individual analysts' forecast errors*; *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* 17 (2008) 1–13.

Hope ,O.K.*Discussion of "Attribute differences between U.S.GAAP and IFRS earnings: An exploratory study"* Rotman School of Management, University of Toronto

Hope, O. K. 2003a. *Disclosure practices, enforcement of accounting standards, and analysts' forecast accuracy: An international study*. Journal of Accounting Research, 41(2), 235–273.

Hung, M., & Subramanyam, K.R.2007. *Financial Statements effects of adopting International Accounting Standards: The case of Germany*. Review of Accounting Studies, Vol. 12, No. 4, pp. 623-671.

International Accounting Standard (IAS) 41 – *Agriculture*. Available at, <http://www.ifrs.org>

Jaruga, A., J.,& Fijalkowska, M.,& Jaruga-Baranowska, & Frenzel ,M. “*The Impact of IAS/IFRS on Polish Accounting Regulations and their Practical Implementation in Poland*”, Accounting in Europe. 2007. Vol. 4, N° 1, pp. 67-78.

Jermakowicz, E.K.2004. *Effects of adoption of International Financial Reporting Standards in Belgium: the evidence from BEL-20 companies*. Accountings in Europe, vol.1, p. 51-70.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A.1992. *Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Martins, O. S., & Paulo, E. 2010. *Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil*. RCO - Revista de Contabilidade e Organizações. 2010. 4(9), 30-54.

Nobes, C.2006. ‘*The survival of international differences under IFRS: towards a research agenda*, *Accounting and Business Research*, Vol. 36, No. 3: 233-245.

Nobes, C., & Parker, R. 2008. *Comparative international accounting, 10th Edition, FT Prentice Hall*, London, UK.

Paul, A., & Filip .A. 2012.*Accounting conservatism in Europe and the impact of mandatory IFRS adoption: Do country, institutional and legal differences survive?* .ESSEC Business School-ESSEC-KPMG Financial Reporting Centre.

Pinheiro, M. J. V. 2012. *A Qualidade da Informação contabilística antes e após a adoção das normas internacionais de contabilidade: Caso Português*. Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém: Instituto Politécnico de Santarém.

Tang, Q., & Gao, P., & F., G. *Research on information disclosure of biological assets of agricultural listed company in China. Interdisciplinary journal of contemporary research in business*. Institute of Interdisciplinary Business.

Rech, I. J. 2006. *Aderência das Empresas do Setor Agropecuário às normas internacionais de contabilidade: uma pesquisa empírica no âmbito do Estado de Mato Grosso*. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Inter Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB, UFPE e UFRN.

Rech, I. J et. al .2007. *Impostos diferidos: um estudo dos impostos originados da avaliação dos ativos biológicos pelo valor justo na atividade de pecuária*. In: 7º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Anais..., São Paulo.

Rech, I. J.,& Oliveira, K. G. 2011. *Análise da aplicação do CPC 29 e IAS 41 aos ativos biológicos no sector de silvicultura*. In: V Congresso Anpcont, 2011, Vitória. Anais... Vitória: ANPCONT.

Rech, I. J.,& Cunha, M. F. 2011. *Análise das Taxas de Desconto Aplicáveis na Mensuração dos Activos Biológicos a Valor Justo*. In: 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Anais... São Paulo.

Rech, I.J. 2011. *Formação do justo valor dos activos biológicos sem mercado activo: Uma análise baseada no valor presente*. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade: Universidade de São Paulo.

Robert, W. H., & Ross L. W. *The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting*. Journal of Accounting and Economics 31 (2001) 3–75.

Scherch, C. P., & Nogueira, D. R., & Olak, P. A.,& Cruz, C. O. A. 2013. *Nível de conformidade do CPC 29 nas empresas brasileiras: Uma análise com as empresas de capital aberto*. RACE, Unoesc, v. 12, n. 2, p. 459-490, Jul /Dez.

Street, D., & Bryant, S. 2000. ‘*Disclosure level and compliance with IASs: a comparison of companies with and without U.S. listings and fillings*’, The International Journal of Accounting, Vol. 35, No. 3: 305-329.

Street, D., & Gray, S., & Bryant, S. 1999. ‘*Acceptance and observance of International Accounting Standards: An empirical study of companies claiming to comply with IASs*’, The International Journal of Accounting, Vol. 34, No. 1: 11-48.

Street, D., & Gray, S. 2001. ‘*Observance of International Accounting Standards: Factors explaining non-compliance. Association of Chartered Certified Accountants (ACCA) Research Report*’, No. 74, London, UK.

Street, D., & Gray, S.2002. '*Factors influencing the extent of corporate compliance with International Accounting Standards: summary of a research monograph*', Journal of International Accounting, Auditing & Taxation, Vol. 11, No. 1: 51–76.

Fontes online

International Accounting Standards nº 41 – Agricultura, , pesquisado em 15/03/2014.

Divulgação dos activos biológicos, <http://www.afixcode.com.br/divulgacao-ativos-biologicos/#ixzz3BnphcGSP> , pesquisado em 29/08/14.

Anuais do 12º Congresso USP, **Controladoria e Contabilidade**,http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos122012/an_busca.asp?con=1 , pesquisado em 09/08 /14.

BNY Mellon, http://www.adrbnymellon.com/dr_directory.jps, pesquisado em 14/05/14.

Cardoso, L.**Agricultura e activos biológicos no âmbito do sistema de normalização contabilística**,http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/agricultura_activos_biologicos.pdf, pesquisado em 28/08/14.

Christensen, H.B., & Lee, E., & Walker, M.2007. **Do IFRS/UK-GAAP reconciliations convey new information?**,

<http://www.chicagobooth.edu/research/workshops/accounting/docs/WalkerInformation.pdf>, pesquisado em: 20 /06/2014.

Departamento Ciência Contábeis; **Contabilidade Vista & Revista**,<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/issue/archiv> e , pesquisado em 09/08/14.

Desafios e tendências da normalização Contábil.10º Congresso USP:Iniciação científica em contabilidade.2013.**Análise do grau de aderência à IAS 41 no sector de papel e celulose**,<http://www.congressosp.fipecafi.org>, pesquisado em 09/08/14.

Fisher, R., & Mortensen, T., & Webber, D. 2010. **Fair value accounting in the agricultural sector: an analysis of financial statement preparers. Perceptions before and after the introduction of IAS 41 Agriculture**, pesquisado em 25/01/14.

http://www.afaanz.org/openconf/2010/modules/request.php?module=oc_proceedings&action=proceedings.php&a=Accept+as+Paper

FURB (Universidade Regional Blumenau); *Revista Universo Contábil*, ISSN 1809 -3337, Vol.10, No 2 (2014),

<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/issue/archive>, pesquisado em 09/08/14.

Horton, J.,& Serafeim, G.2006. *Market response to and the value relevance of reconciliation adjustments from UK GAAP to IFRS GAAP: first evidence from the UK*, <ssrn.com/abstract=923582>, pesquisado em 09/08/14.

Lima, I. G.,& Severino, M. R.,& Megliorini, E. R., & Luiz, E. *Índice de Conformidade de Evidenciação: Uma aplicação. VII Convibra Administração* – Congresso Virtual Brasileiro de Administração ,<http://www.convibra.com.br>,pesquisado em 26/08/2014.

Nobes, C., & Stadler, C. 2013. *How arbitrary are international accounting classifications? Lessons from centuries of classifying in many disciplines, and experiments with IFRS data. Accounting, Organizations and*

Society,<http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2013.10.001>,pesquisado em 24/11/13.

Lima, I.G.,& Peters, M. R. S.,& Megliorini, E. R.,& Luiz, E. *Índice de Conformidade de Evidenciação: Uma aplicação*.2010. VII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração,<http://www.convibra.com.br>,pesquisado em 29/08/2014.

UFRPE; Custos e @agronegócios online

,<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/edicoes.html>, pesquisado em 09/08 /14.

Universidade de São Paulo; *Revista de Contabilidade & finanças*
<http://www.revistas.usp.br/rcf/index>, pesquisado em 09/08 /14.

Silva, R., & Figueira, L.,& Pereira, L., & Ribeiro, M. *Process of Convergence to the International Financial Reporting Standards: An Analysis of the Disclosure Requirement of CPC 29/IAS 41. 2012*, <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2012705>,pesquisado em 29/08/2014.

Scherch, C.,& Nogueira, D.,& Olak, P., & Cruz,C. 2013. *Nível de conformidade do cpc 29 nas empresas brasileiras: uma análise com as empresas de capital aberto*,<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/2241/pdf> , pesquisado em 09/08 /14.

Scarpin, J.E. 2014; **Revista de Contabilidade e Controladoria**. ISSN: 1984 6266, <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rcc>, pesquisado em 09/08 /14.

Souza, F.J.V., & Barros, C. da C., & Araújo, A.O., & Silva, M.C. 2013 *Produção Científica sobre activos biológicos e produtos agrícolas: um estudo entre os anos de 2006 e 2011*, <http://www.custoseagronegocioonline.com.br>, pesquisado em 09/08 /14.

Theiss, V., & Utzig, M., & Varela, P., & Beuren, I. 2012. *Disclosure practices of biological assets by companies listed in bmandfbovespa*, <http://www.engema.org.br/upload/326-370.pdf>, pesquisado em 24/12/13.

7 - Anexos

Roteiro de Pesquisa

1-Nome da Empresa:

2-País:

3-Tipo de Industria:

Papel e celulose

Produção alimentos

Retalhistas alimentos e bebidas

4-A empresa utiliza os IFRS:

Sim

Não

5- Direito e obrigação do uso dos IFRS:

a)IFRS permitida

b)IFRS não Permitida